

Wagner diz que debate sobre chapa esfriou

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O senador Jaques Wagner (PT) avaliou que a discussão sobre a composição da chapa governista ao Senado em 2026 perdeu força nos últimos meses, mas será retomada até o fim do ano. Ontem (24), em entrevista à rádio Juazeiro AM, o parlamentar disse considerar a situação um “bom problema” para a base aliada.

De acordo com Wagner, três nomes se apresentam como competitivos dentro do grupo: ele próprio, o senador Angelo Coronel (PSD) e o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT). “É óbvio que temos um bom problema. São três candidatos para duas vagas. Vamos ter que nos debruçar para ver como resolver essa questão. Mas, sem dúvida nenhuma, é uma chapa que chegará muito forte”, afirmou.

O senador também respondeu às especulações da oposição sobre possível divisão interna. “A oposição aposta na divisão, mas todos nós sabemos que a força do nosso time está na unidade dentro da diversidade. Jerônimo e eu somos de um partido e Coronel é de outro. Mas é essa pluralidade que dá dinamismo à nossa família política”, disse.

Durante a entrevista, Wagner ressaltou que a prioridade segue sendo a pauta administrativa e legislativa, mas reconheceu que o debate eleitoral deverá ganhar corpo nos próximos meses. “Vamos ajeitar a casa. Toda eleição é uma caixa de surpresa, mas acredito que chegaremos muito bem para, mais uma vez, ter o reconhecimento do povo baiano em 2026”, previu.

Ele também comentou a possível reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente norte-americano Donald Trump,

avaliando que o encontro poderá ajudar a reduzir as tensões decorrentes do aumento de tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. Para Wagner, o cenário atual representa um “jogo de perde-perde”.

“O presidente americano tem o estilo dele. O presidente Lula também, ele é muito direto. E eu acho que exatamente por esse estilo, dos dois, ou conversa, ou racha de vez. A gente acerta um passo – e eu acho que vai acertar um passo”, declarou.

Sobre a discussão da anistia, Wagner afirmou não ver comparações possíveis com a lei de 1979, aprovada durante a transição da ditadura para a democracia. Para ele, o contexto é outro. “Anistia é um instrumento para períodos de exceção, de ditadura, de guerra. Não tivemos isso no Brasil. Tivemos uma eleição normal, reconhecida por observadores internacionais, e um grupo que não aceitou o resultado fez a baderna

Foto: FERNANDO FRAZÃO/AGENCIA BRASIL



JAQUES WAGNER avaliou que a discussão sobre a composição da chapa governista ao Senado em 2026 perdeu força nos últimos meses, mas será retomada até o fim do ano

de 8 de janeiro”, opinou.

O senador avaliou que parte dos participantes dos atos pode ter sido manipulada, mas destacou que o episódio foi criminoso e articulado. Nessa linha, defendeu o projeto de dosimetria de penas, que, segundo ele, diferencia financiadores e organizadores do golpe de quem apenas aderiu às manifestações. “A dosimetria não é anular pena, nem aliviar

para os mandantes. Para mim, só faz sentido se for para concentrar as forças em quem pensou em dar o golpe: quem financiou, quem articulou contra as instituições”, completou.

Agenda - Nesta quinta-feira (25), o governador Jerônimo Rodrigues estará em Alagoinhas para uma agenda que inclui ações nas áreas de esporte, saúde e educação. As ações estão

marcadas para iniciar às 7h da manhã com a entrega da reforma do Estádio Municipal Antônio Carneiro, o “Carneirão”. Em seguida, Jerônimo fará uma visita às obras do Hospital Regional de Alagoinhas. “Pela tarde, a partir das 14h, o governador irá ao município de Catu para inaugurar o Colégio de Tempo Integral. À noite, de volta a Alagoinhas, haverá um enconro com setor produtivo.

GOVERNO

Bruno Reis aposta em vitória da oposição em 2026

Foto: Betto Jr Secom



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), voltou a reforçar, ontem, sua confiança na vitória da oposição nas eleições estaduais de 2026

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), voltou a reforçar ontem sua confiança na vitória da oposição nas eleições estaduais de 2026. Durante a inauguração da Escola Municipal Ailton Soares, em Cosme de Fariás, o gestor afirmou que o eleitorado baiano está cansado da continuidade do PT no governo da Bahia, partido que comanda o estado há 18 anos.

“A população não quer Jerônimo. Não quer a continuidade. O amplo desejo da população é por mudança. Isso está nítido ao andar nas ruas, não só em Salvador. Em

Salvador e nas grandes cidades, esse sentimento é ainda maior. É um sentimento que toma conta de todos os municípios da Bahia”, disse Bruno Reis, destacando que a disputa de 2026 será a de maior chance de vitória para a oposição.

O prefeito voltou a defender o nome de ACM Neto, vice-presidente nacional do União Brasil, como pré-candidato ao governo estadual. Questionado sobre a falta de posicionamento do aliado em relação à chamada PEC da Blindagem, que prevê a necessidade de autorização do Congresso para que parlamentares respondam criminalmente, Bruno minimizou a cobrança e destacou que Neto não é deputado nem

senador.

“ACM Neto não é deputado, não é parlamentar. É pré-candidato a governador da Bahia. Ele está preocupado com os problemas da Bahia, quer solução. Inclusive cobrando os compromissos de campanha que falta pouco mais de 1 ano e até então não foram cumpridos por parte do governador”, afirmou.

A nova Escola Municipal Ailton Soares conta com 400 vagas, nove salas de aula, quadra poliesportiva, biblioteca e sala multiuso.

Ainda durante o evento, Bruno Reis respondeu às críticas da vereadora Aladilce Souza (PCdoB), que apresentou denúncia ao Ministério Público do Trabalho da Bahia (MPT-BA) sobre suposto des-

vio de função de jovens do programa Jovem Aprendiz em escolas municipais. O prefeito classificou a acusação como infundada.

“Eu estou mentindo? Se quiser discordar ou fazer um debate com base na realidade, estou à disposição. A vereadora diz que denunciou ao MPT o suposto desvio de função, mas não passa de fake news, outra mentira”, rebateu o prefeito. Segundo Aladilce, os adolescentes estariam sendo deslocados para serviços gerais ou áreas não pedagógicas e administrativas. Bruno negou a prática e acusou a oposição de criar narrativas sem fundamento. “Tem que haver responsabilidade com as matérias que a gente divulga”.

Câmara aprova mudanças na LOUOS apesar de recomendação

Entre os pontos estão a inclusão de um sistema viário dentro do Vale Encantado

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador (CMS) aprovou ontem o Projeto de Lei nº 175/2024, de autoria do Executivo, que altera a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Louos). A votação ocorreu em meio a críticas do Ministério Público da Bahia (MP-Ba), que havia recomendado que o Legislativo não apreciasse a matéria sem a realização de estudos técnicos e ampla participação popular.

A recomendação, enviada no dia 9 de setembro ao presidente da Casa, Carlos Muniz (PSDB), e às comis-

sões de Constituição e Justiça, Finanças e Planejamento Urbano, foi assinada pela promotora Hortênsia Gomes Pinho. O MP destacou que as mudanças avançam no mesmo período em que a prefeitura contratou, por R\$ 3,6 milhões, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para conduzir a revisão oficial do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e da própria LOUOS.

Entre os pontos do projeto estão a inclusão de um sistema viário dentro da poligonal do Parque Ecológico do Vale Encantado, a criação de Zonas de Uso Especial em áreas como Iguatemi, Rio Vermelho e Pituáçu, além de alterações em mapas de

áreas de proteção ambiental e de interesse social. O MP ressaltou ainda que a tramitação em regime de urgência fere o PDDU, que veda esse tipo de procedimento em revisões da legislação urbanística.

A líder da oposição, Aladilce Souza (PCdoB), endossou as críticas. “Esse projeto altera mapas do PDDU, se antecipando ao processo de revisão que estamos aguardando para iniciar este ano ainda, já com um atraso de mais de um ano”, afirmou.

A votação também foi marcada por um bate-boca no plenário. Carlos Muniz e o líder do governo, Kiki Bispo (União Brasil), entraram em confronto após a aprovação

de uma emenda apresentada pelo vereador Hélio Ferreira (PCdoB). O mecanismo foi autorizado por Muniz, contrariando Kiki, que pediu a retirada da proposta, mas não foi atendido pelo presidente da Casa. Paralelamente, outro tema que gerava expectativa não avançou. A votação sobre o reajuste dos professores, prevista para a mesma sessão, foi retirada de pauta. Segundo Muniz, a decisão ocorreu após uma assembleia da categoria. “A expectativa que tínhamos ontem do texto que ficou acordado aqui não foi aceita. Então, a gente resolveu não votar o projeto hoje para ver se conseguimos algum avanço junto ao Executivo”.

Foto: Antonio Queirós/CMS



A CÂMARA Municipal aprovou, ontem, o Projeto de Lei nº 175/2024, de autoria do Executivo, que altera a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo

Ponte: nova secretaria deve custar mais de R\$ 5 milhões por ano

MATEUS SOARES
REPÓRTER

A Secretaria Extraordinária do Sistema Viário Oeste – Ponte Salvador-Itaparica (Seponte), proposta pelo governo da Bahia para acompanhar a execução da obra da ponte e do sistema viário associado, terá custo anual estimado em R\$ 5,2 milhões. O Projeto de Lei prevê a criação de 33 cargos em comissão, todos de livre nomeação e exoneração, e tramitará em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Segundo o governador

Jerônimo Rodrigues (PT), a Seponte terá caráter temporário e funcionará apenas durante a implantação do projeto. A previsão atual é de que a ponte seja concluída em junho de 2031, considerando que a “primeira estaca” seja colocada já no próximo ano.

O impacto orçamentário para 2025 é de R\$ 1,43 milhão, já que a secretaria deve começar a funcionar em outubro. Ainda conforme a publicação, em 2026, o custo estimado é de R\$ 5,14 milhões, subindo para R\$ 5,20 milhões em 2027. Os salários variam entre R\$ 4 mil e R\$ 20 mil, este último valor reserva-

do aos dois superintendentes que comandarão a pasta.

Segundo o governo, a complexidade da obra exige uma estrutura administrativa própria para acompanhar cronogramas, execução orçamentária, contratos e articulação com os municípios afetados. A Seponte atuará de forma complementar à Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), mas com dedicação exclusiva à ponte.

O texto também prevê a transferência da Assessoria de Planejamento e Gestão e da Diretoria Geral, hoje ligadas à Seinfra, para a nova secretaria.

CÍCERO COTRIM, MATEUS MAIA
E ISADORA DUARTE
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que a Medida Provisória (MP) 1.303, que traz alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), é importante para fechar o Orçamento de 2026 sem cortar investimentos ou programas sociais.

Haddad também afirmou, durante audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que, se o texto não for

aprovado, o governo terá de cortar despesas discricionárias (não obrigatórias) e alertou que isso pode afetar o próximo Plano Safra. Segundo ele, as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) seguirão sendo incentivadas mesmo com a taxa-ção defendida pela Fazenda. Atualmente, os papéis são isentos de Imposto de Renda.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad alegou que o governo é “pragmático” e que só quer ver a produção crescer. “Os títulos continuarão sendo incentivados”, dis-

se. “Fomos alertados que o dinheiro estava ficando pelo caminho”, completou. O ministro afirmou que o objetivo do governo é fazer justiça tributária e canalizar recursos para a produção e não para a especulação. Segundo ele, as tributações dos títulos como a LCI e LCA deixam o Tesouro mais “tranquilo” para rolar a dívida.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, governo e setor privado estavam próximos de alcançar um denominador comum sobre o início da tributação desses títulos, que se tornaram os “queridinhos do mercado”.